

Perguntas:

1) Qual sua opinião sobre indicação antecipada pelo PGR, por exemplo, como está acontecendo agora em relação ao CNJ, que diz respeito ao assento dos MP's estaduais? Que compromissos assumem se forem nomeados? Na sua visão, existe alguma providência cabível no âmbito da ANPR?

Paula Giaffone, veterinária

2) O que pensam sobre o Instituto da quarentena após o exercício da função para PGR, Min. STF e outros cargos detentores de poder, que precisariam ser instituídas por mudança constitucional?

Paula Giaffone, veterinária

3) Nos últimos 4 anos o MP perdeu credibilidade social, em grande medida por conta da postura do atual PGR, que parece um segundo AGU. Na visão de vocês, bastaria a lista tríplice para garantir maior independência?

Que outras medidas seriam necessárias para evitar o uso político do cargo, desprotegendo a sociedade e usurpando o poder?

Paula Giaffone, veterinária

4) A Lava Jato enfrentou a corrupção do andar de cima com coragem, entretanto erros e outras circunstâncias levaram a implosão da força-tarefa, mas é óbvio que a grande corrupção está mais viva e atuante que nunca. Que tipo de solução estratégica vocês imaginam para enfrentar esta corrupção altamente sofisticada e unida, e que exige



atuação do MP extremamente diferenciada para a obtenção de resultados efetivos e eficientes?

Paula Giaffone, veterinária

5) Segundo o seu conceito de um bom gestor para a PGR, cite o nome do melhor indicado nos últimos 20 anos.

Antônio Costa.

6) Na fase do inquérito vigora o princípio do *in dubio pro societate*, mas devido aos constrangimentos que isso causa, devido a parceria com a imprensa, que expõe a pessoa antes do julgamento, não deveria haver limites? Quais são os limites para esse tipo de atuação?

Luis Nassif, jornalista.

7) Em sua colaboração com o departamento de justiça, a Lava Jato levou para os Estados Unidos provas contra a Petrobrás, que resultaram numa condenação bilionária dela. Todo mundo sabia que a Petrobrás não era uma empresa corrupta, era uma empresa vítima de corrupção. Qual a opinião de vocês sobre este episódio?

Luis Nassif, jornalista.

8) *Na opinião de Vossa Excelência, quais os principais prejuízos institucionais acarretados ao Ministério Público Federal em razão do não respeito, pela presidência da República, nos últimos 4 anos, à lista tríplice encaminhada pelos membros do MPF através da ANPR?*

Fábio George Cruz da Nóbrega, procurador regional da República.

9) *Na visão de Vossa Excelência, como está a relação do Ministério Público Federal com as entidades da sociedade civil organizada em nosso país e de que maneira entende que pode a instituição otimizar esse diálogo e parceria? O que pretende fazer nesse sentido, se for indicado(a) procurador(a)-geral da República?*

Fábio George Cruz da Nóbrega, procurador regional da República.

10) *Qual a visão de Vossa Excelência a respeito do funcionamento do sistema judicial brasileiro no âmbito criminal e, com base nessa manifestação, que medidas compreende que seriam importantes para o seu aperfeiçoamento?*

Fábio George Cruz da Nóbrega, procurador regional da República.

11) *Como se pretende incentivar a criação e acompanhamento de projetos relevantes na área fim e meio?*

Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Júnior, procurador da República.

12) *Na PGR, a senhora ou o senhor pretende mudar a política de comunicação da instituição? Hoje, procuradores estão sendo investigados ou penalizados por divulgarem conteúdo de suas investigações mesmo quando não recai sigilo legal sobre as peças em questão. Isso deve mudar?*

13) *A liberdade de expressão deve ser preservada mesmo quando discordamos da mensagem que está sendo expressa. A PGR deveria ter denunciado Sérgio Moro por calúnia contra Gilmar Mendes? Houve algum excesso criminoso no comentário do senador?*

14) Qual a opinião dos doutores sobre a atual não obrigatoriedade da lista tríplice? Acreditam que a escolha pelo presidente deveria ser restrita aos nomes da lista?

15) Nos últimos anos temos vivenciado várias tentativas de enfraquecimento da legislação socioambiental brasileira. Em alguns casos, houve efetivamente aprovação de novas leis com retrocessos, como ocorreu ainda em 2017 com a aprovação da lei 13465 que alterou a lei federal de regularização fundiária e trouxe benefícios a grileiros de terras públicas. Naquela situação, o PGR ingressou com ADI, que aguarda julgamento, para tentar derrubar as inconstitucionalidades da lei. Posteriormente, a partir de 2019, houve vários decretos e instruções normativas que promoveram retrocessos socioambientais explícitos, como a redução da participação pública em colegiados no tema. No entanto, o que se observou foi o protagonismo de associações da sociedade civil e de partidos políticos no ingresso de ações contestando tais normas, em detrimento do papel do MPF de exercer a tutela coletiva e de direitos humanos.

Qual o entendimento do candidato sobre o papel do MPF diante de retrocessos na legislação socioambiental? Deve atuar de forma mais protagonista em ações contra tais retrocessos?

Brenda Brito, pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

16) Os últimos pleitos eleitorais foram marcados por uma crescente judicialização das disputas, no que se chegou a denominar de uma espécie de terceiro turno. Como enxerga o papel do Procurador-Geral Eleitoral e quais os critérios devem nortear sua atuação?

17) Quais seriam os pontos centrais de sua atuação como Procurador-Geral da República nas questões criminais? Há um papel para o PGR na implementação das políticas de repressão ao crime?

18) Como lidar, na condução do Ministério Público Federal, com o combate à desigualdade e implementação de políticas públicas? Quais os limites da judicialização de tais políticas?

19) Em país reconhecidamente desigual como o Brasil, qual o papel exercido pelo PGR no combate ao racismo e tantas outras formas de preconceito?

20) Passados quase 20 anos da criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, como enxerga a atuação de tais órgãos de controle? O que precisa ser aperfeiçoado?

21) O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público Federal e, também, do Ministério Público da União. Como enxerga a relação do PGR com os demais ramos do MPU? Quais seriam as suas prioridades?

22) A EC 45/2004, dentre suas inovações, destacou o papel da formação continuada dos membros do Ministério Público. Quais as suas propostas para a ESMPU? Quais os temas prioritários a serem tratados?

23) Em uma instituição marcada pela independência e autonomia dos seus membros, qual o papel do Procurador-Geral da República na discussão sobre as prioridades de atuação do Ministério Público Federal?

24) Passados 35 anos da Constituição Federal de 1988, quais as principais lições que o Ministério Público precisa extrair das críticas que tem sido feitas sobre sua atuação?

25) Se escolhido para ocupar o cargo de PGR, quais seriam suas prioridades concretas na defesa da democracia? Onde se insere o PGR em tal discussão?

26) Os arquivamentos promovidos pelo Procurador-Geral da República em sua atuação criminal originária no Supremo Tribunal Federal precisam de uma instância revisora ou devem ser considerados definitivos? Se positivo, a quem competiria tal revisão?

27) Após a prisão dos criminosos envolvidos nos ataques às sedes dos Três Poderes em 08/01/2023, houve inúmeros apelos de aliados político-ideológicos dos hoje réus por legalidade na condução do processo e nas condições de encarceramento. Ministros de Estado e do STF chegaram a visitar instalações e provar da comida servida aos encarcerados. De que forma o PGR pretende se comprometer a garantir condições dignas à totalidade dos encarcerados, independentemente da visibilidade política e do apadrinhamento que tenham?

Flávia Oliveira, jornalista TV Globo.

28) O STF vai apreciar um par de ações intimamente relacionadas à criminalização de pessoas negras. De um lado, a filtragem racial nas abordagens policiais; de outro, o porte de drogas para uso pessoal. De que forma, se posiciona em relação aos dois temas?

Flávia Oliveira, jornalista TV Globo.

29) Está disposto a judicializar temas de interesse social sobre os quais o Legislativo, por razões de ordem moral, não tenha se ocupado? Exemplo: descriminalização do aborto e de drogas, criminalização da homofobia.

Flávia Oliveira, jornalista TV Globo.

30) Pretende assumir compromisso com a diversidade de raça e gênero na composição de quadros na PGR/MPF e na gestão pública?

Flávia Oliveira, jornalista TV Globo.